

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.592 - SC (2019/0233034-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : **TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443**
 : **IVO WAISBERG E OUTRO(S) - SP146176**
 : **BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ - SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES**
INTERES. : **ANTONIO CARLOS PERONI CANDEIAS**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de tutela de urgência, em que é suscitante o TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ - SC e o JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES.

A suscitante alega que, em 10/8/2016, pleiteou junto ao JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ - SC (processo nº 0308386-42.2016.8.24.0033) os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido em decisão datada de 31/8/2016.

Narra que, paralelamente, o juízo laboral ora segundo suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0001009-30.2016.5.17.0004,

"(...) arvora-se em competência que não possui ao equivocadamente determinar o prosseguimento da execução, com o pagamento do crédito em favor do credor trabalhista (doc. 5)" (fl. 5 e-STJ).

Aduz que o juízo segundo suscitado *"(...) desconsiderou o deferimento do pedido de Recuperação Judicial do Suscitante e seus efeitos, ignorando a competência do MM. Juízo Recuperacional para decidir questões acerca do patrimônio da Suscitante, em afronta à jurisprudência deste E. Tribunal Superior"*.

Argumenta, ainda, que o proceder do juízo laboral pode vir a inviabilizar o processo de recuperação, *"(...) especialmente porque referido crédito trabalhista é sujeito aos termos do processo de recuperação judicial da Suscitante e, portanto, deverá ser pago unicamente na forma do plano que vier a ser aprovado pelos credores"* (fl. 6 e-STJ).

Por tais razões, pugna pelo deferimento de tutela de urgência para que sejam

"(...) sejam imediatamente suspensos os efeitos da r.

Superior Tribunal de Justiça

decisão proferida pelo d. Juízo suscitado da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0001009-30.2016.5.17.0004, apresentada por Antônio Carlos Peroni Candeias, e, caso tenha ocorrido bloqueios no patrimônio ou nas contas da Suscitante, que estes sejam imediatamente liberados e/ou, com sua transferência para as contas da Suscitante ou, subsidiariamente, para conta vinculada ao MM. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Itajaí/SC" (fl. 13 e-STJ).

Ainda em caráter liminar, requer que seja designado o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAJAÍ - SC para resolver provisoriamente pelas medidas urgentes atinentes ao patrimônio da recuperanda.

Pleiteia, por fim, que o presente conflito seja julgado integralmente procedente, com a declaração de competência do Juízo da recuperação para decidir sobre quaisquer questões que atentem contra o seu patrimônio.

Na decisão de fls. 90/93 (e-STJ), foi parcialmente deferido o pedido de tutela de urgência.

Os Juízos suscitados prestaram as informações solicitadas (fls. 105/110 e 112/115 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 117/121 e-STJ), opinou pela declaração de competência do juízo recuperacional.

É o relatório.

DECIDO.

O JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES, nas informações que prestou, esclareceu que,

"Na decisão de id 5c7d364, proferida por este Juízo em 13 de Agosto de 2019, foi ressaltado que não houve determinação de liberação de qualquer valor apurado em favor do exequente, ao qual apenas foi determinada a liberação do valor acaso existente na conta vinculada ao FGTS, conforme alvará de id 7312fdf e habilitação do mesmo no benefício do seguro-desemprego, conforme ofício de id 7c3f937id.

Nada obstante o teor da deliberação de id 5c7d364, não desconhece este Juízo a condição da executada de Empresa em Recuperação Judicial, conforme consta da decisão de id e5aaa95, de origem do E. STJ, razão pela qual a atuação deste juízo não passará da fase de acerto de cálculos.

Informo-lhe, repise-se, que este Juízo não determinou e não determinará a liberação de valores ao exequente, conforme asseverado na decisão de id 321f348, assim redigida:

'A decisão de id 678ee45 contém determinação de liberação de saldo de FGTS existente na cota vinculada, or alvará, bem assim expedição de ofício

Superior Tribunal de Justiça

para habilitação do reclamante no benefício do seguro-desemprego.

Já a decisão de id 7668d51 disse que: 'Depósito recursal: ID 1ffe1ac (10/05/2017). Deduzido e não liberado.

Não se trata, como visto, de determinação de liberação de depósito recursal'" (fl. 108 e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, observa-se que o presente conflito de competência não se encontra devidamente caracterizado.

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência, revogando a liminar deferida às fls. 99/101 (e-STJ).

Publique-se.

Intime-se.

Oficiem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator